NÚCLEO ESPECIALIZADO DE
Infância e Juventude
Boletim eletrônico

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Sumário

-Apresentação

-Legislação

-Jurisprudências recentes

-Notícias

-Eventos

-Próximos Eventos

Apresentação

Estimados (as) Defensores (as) Públicos (as):

Nesta 5ª edição do informativo destacamos a publicação da Resolução SAP que alterar o Regimento Interno Penitenciário, permitindo que adolescentes e crianças possam visitar seus genitores custodiados, sem necessidade de autorização para tanto. A resolução foi editada após pedido feito pelo NEIJ em razão de alteração no Estatuto da Criança e Adolescente.

⇧ Voltar ao menu

Legislação

Promulgação da Lei nº 13.046/15. Acrescenta dispositivos ao Estatuto da Criança e Adolescente para organização do quadro pessoal das Entidades, visando capacitá-la para reconhecer e reportar maus-tratos de crianças e adolescentes. Clique aqui.

Recomendação Conjunta nº 01/2014. Dispõe sobre competência da Justiça do Trabalho e da Justiça Estadual para apreciação de pedidos de autorização para trabalho infanto-juvenil. Clique aqui.

Resolução Conjunta nº 002 de 2014 do CMDCA e COMAS/SP. Dispõe sobre a regulamentação e a normatização dos Serviços de Acolhimento Institucional e Familiar no Município de São Paulo. Clique aqui.

Resolução SAP nº 173. Altera a redação do parágrafo único do artigo 112 do Regimento Interno Padrão das Unidades Prisionais do Estado de São Paulo para permitir que crianças e adolescentes entrem em estabelecimentos prisionais acompanhadas pelo responsável independentemente de autorização judicial, em atenção ao disposto no §4º do artigo 19 do Estatuto da Criança e adolescente. Clique aqui.

Resolução nº 169 do CONANDA. Dispõe sobre a proteção dos direitos de crianças e adolescentes em atendimento por órgãos e entidades do Sistema de Garantia de Direitos, em conformidade com a política nacional de atendimento da criança e do adolescente prevista nos arts. 86, 87, incisos I, III, V e VI e 88, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Clique aqui.

Jurisprudências Recentes

Tribunal de Justiça

Acórdão reformando sentença que havia imposto internação ao adolescente, acusado de ato infracional equiparado a roubo. (Apelação nº0029767-47.2014.8.26.0114, TJ-SP, Relator: Arthur Marques, Data do julgamento: 26/01/2015). Clique aqui.

Acórdão reformando sentença que havia imposto ao adolescente, acusado de ato infracional equiparado homicídio qualificado, diante do laudo médico comprovando que o adolescente foi diagnosticado como esquizofrênico. (Apelação nº70059833038, TJ-RS, Relatora: Sandra Bresolara Medeiros, Data do julgamento: 04/11/2014). Clique aqui.

Superior Tribunal de Justiça

Liminar deferida em Habeas Corpus para que o adolescente seja desinternado diante da ausência de vagas na proximidade de sua residência. (Habeas Corpus nº 311.122, Relator: Ministro Sebastião Reis Júnior, Data do julgamento: 03/12/2014). Clique aqui.

Liminar deferida em Habeas Corpus para que o adolescente seja desinternado em razão do mesmo já ter cumprido internação por fato posterior ao que originou a internação, nos termos do Artigo 45, §2º, da Lei 12.594/12 (SINASE). (Habeas Corpus nº 311.963, Relator: Ministro Newton Trisotto, Data do julgamento: 19/12/2014). Clique aqui.

Acórdão tirado em Recurso Especial, por meio do qual excepcionalmente se permitiu a adoção do neto pelos avós, devido às circunstâncias do caso concreto (REsp 1.448.969-SC, Rel. Min. Moura Ribeiro, data do julgamento em 21/10/2014). Clique aqui.

Supremo Tribunal Federal

Liminar deferida em Habeas Corpus para que o adolescente acusado de ato infracional equiparado ao delito previsto no Artigo 28 da Lei 11.343/2006 seja desinternado.
(HC 124682/SP, rel. Min. Celso de Mello, 16.12.2014). Clique aqui.

Voltar ao menu

Notícias

Após propositura de Ação Civil Pública pela Defensoria Pública de São Bernardo e Ministério Público, houve o afastamento de agentes de apoio socioeducativo que atuavam nas duas

unidades da Fundação Casa de São Bernardo, diante das reiteradas notícias de tortura de maus tratos. Clique aqui.

Foi proposta Ação Civil Pública pela Defensoria de Guarulhos, com o objetivo de proibir a revista vexatória de familiares de adolescentes em unidades da Fundação CASA em Guarulhos deixem de realizar revista íntima (vexatória) Clique aqui.

⇧ Voltar ao menu

Eventos

Dezembro de 2014

Participação no 16º Cine Debate sobre o Filme A caça debate sobre a identificação do abuso sexual, escuta qualificada, qualificação dos atores que atuam no sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes, promovido pela EDEPE no dia 02 de dezembro de 2014.

Reunião com Dominic Barter sobre Justiça Restaurativa para conhecer a experiência e contribuir na formulação de proposta para a Justiça Restaurativa na área da Infância e Adolescência, realizada em 12 de dezembro de 2014.

Participação em reunião de organização das atividades de Educação em Direitos na FUNDAÇÃO CASA em conjunto com o NUDEM, NCDRP, Grupo de Estudos de Direitos Sexuais da USP (GEDS) e Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença (NUMAS).

Participação no Curso introdutório em Comunicação Não Violenta -com a perspectiva de subsidiar a construção da proposta de Justiça Restaurativa da DPESP.

Janeiro de 2015

Reunião conjunta com o Núcleo de Combate a Discriminação, Racismo e Preconceito, psicólogos colaboradores do Grupo de Trabalho de Psicologia e Relações Raciais do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo e com psicóloga do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT) para tratar sobre demandas de atendimento

à crianças, adolescentes e jovens com demanda de racismo institucional, violência e violência institucional, efeitos psicossociais do racismo, diversidade e igualdade, etc.

Participação na atividade de educação em direitos na Unidade Tocantins da Fundação Casa com o corpo técnico sobre organização de ações de educação em direitos na Fundação Casa e aprofundamento no conhecimento do contexto de situações de desrespeito à orientação sexual e à identidade de gênero dos jovens que cumprem medida socioeducativa nas dependências da Fundação Casa, realizada no dia 16 de janeiro de 2015.

Reunião preparatória para a Audiência Pública sobre Publicidade Infantil com o Instituto Alana realizada no NEIJ em 20 de janeiro de 2015.

Visita Institucional à Unidade da Fundação Casa "Chiquinha Gonzaga", realizada em conjunto com a Defensoria Pública da Regional Infancia e Juventude com reunião com a equipe técnica e acompanhamento dos atendimentos da Defensora Pública Adriana Goulart Penteado Kalil Issa, realizada em 22 de janeiro de 2015.

Visita Institucional à Comunidade Terapêutica Acredite e atendimento aos adolescentes internado.

Próximos eventos

Audiência Pública sobre Publicidade Infantil - 13 de março de 2015, às 18hrs, Auditório da Rua Boa Vista, 200.

⇧ Voltar ao menu

O **Boletim Eletrônico do Núcleo Especializado da Infância e Juventude da Defensoria Pública** destina-se à comunicação interna da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e seus parceiros. Produzido pelo Núcleo Especializado da Infância e Juventude da Defensoria Pública em parceria com a Coordenadoria de Comunicação Social e Assessoria de Imprensa.